



Anais da Assembléia

N° 080

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 4.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1991
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

Às dezessete horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Edson Silva Lino, João Iensen, Nilton César e Rafael Greca de Macedo (04). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER,

após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial ao povo de Rolândia, através de seu Prefeito municipal e Presidente da Câmara Municipal, parabenizando pela passagem do 57° aniversário da cidade.

Sala das Sessões, em 28.06.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O povo de Rolândia, nesta última semana do mês de junho está envolvido em atividades culturais e festivas pela passagem do 57° aniversário da cidade.

As autoridades representativas e o povo daquele município merecem os parabéns desta casa pelo desenvolvimento que vem ocorrendo naquele município e a data festiva deve ser lembrada como incentivo à ordem, e ao progresso local.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1651, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas.- Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 136/91, que dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1992.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 136/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

CAPÍTULO I

Das Diretrizes

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, relativos ao exercício financeiro de 1992.

Art. 2º - As metas e as prioridades da Administração Pública Estadual para 1992 serão aquelas constantes no Plano Plurianual, relativo ao período de 1992 a 1995, a ser encaminhado para apreciação da Assembléia Legislativa até 30 de setembro de 1991, para dar cumprimento ao disposto no item I do art. 22 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

§ 1º - É facultado aos Senhores Deputados, a apresentação de emendas aos projetos de lei do Plano Plurianual e do Orçamento, segundo as normas desta lei.

§ 2º - As alterações, efetivadas no Plano Plurianual determinarão a consequente compatibilidade do Orçamento Anual, atendendo o disposto na Constituição do Estado e na presente lei.

§ 3º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

Art. 3º - Cumpridas as disposições dos artigos 13 e 15 desta lei, o Poder Executivo, ao elaborar a proposta orçamentária respeitado o total dos recursos ordinários do Tesouro Geral do Estado remanescentes, poderá destinar individualmente, dotações, até os limites percentuais para cada órgão abaixo relacionado:

ÓRGÃO	LIMITE %
Chefia do Poder Executivo	
Governadoria até	15,00
Secretário Especial da Política Habitacional até	15,00
Secretário Especial do Esporte e Turismo até	2,00
Secretário Especial para Assuntos do Meio Ambiente até	4,00
Ouvidor Geral do Estado até	0,50
Procuradoria Geral do Estado até	1,00
Secr. de Est. e Planejamento e Coordenação Geral até	4,00
Adm. Geral do Est.- recursos sob supervisão da SEPL até	15,00
Secr. de Est. da Administração até	8,00
Secr. de Est. da Agricultura e Abastecimento até	12,00
Secr. de Est. da Comunicação até	3,00
Secr. de Est. da Cultura até	4,00
Secr. de Est. da Fazenda até	15,00
Adm. Geral do Est. - recursos sob	

supervisão SEFA até	4,00
Secr. de Est. do Desenvolvimento Urbano até	10,00
Secr. de Est. da Indústria e Comércio até	8,00
Secr. de Est. da Saúde até	20,00
Secr. de Est. da Segurança Pública até	20,00
Secr. de Est. do Trabalho e Ação Social até	4,50
Secr. de Est. da Justiça e da Cidadania até	10,00
Secr. de Est. dos Transportes até	24,00
Ministério Público até	2,00

Art. 4º - No Projeto de Lei Orçamentária as receitas e as despesas serão estimadas segundo os preços vigentes em maio de 1991.

§ 1º - As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão estimadas segundo a taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1991.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto da Lei Orçamentária serão corrigidos, antes do início da execução orçamentária, pela previsão da variação do índice oficial de inflação no período compreendido entre os meses de maio a dezembro de 1991, explicitando-se os critérios adotados, dando ciência prévia à Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1991, em especial:

I - Consolidação da Legislação relativa ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;

II - Concessão e redução de isenções fiscais;

III - Revisão das alíquotas dos tributos de competência estadual;

IV - Aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Art. 6º - As receitas de Órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartida de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Fica vedada aos Órgãos da Administração Direta ou Indireta a previ-

são de recursos orçamentários destinados à concessão de subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

CAPÍTULO II

Do Orçamento Fiscal

Art. 9º - O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual.

§ 1º - Compreende-se no Orçamento Fiscal as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Assembléia Legislativa, sendo que o montante dos recursos não poderá ser superior a três por cento da receita do Estado, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União, de conformidade com o artigo 138 da Constituição Estadual.

§ 3º - O Tribunal de Justiça elaborará a proposta orçamentária do Poder Judiciário, sendo que o montante de recursos a ele destinado não poderá ser superior a seis por cento da receita geral do Estado, excluídos os precatórios, as operações de crédito e participações nas transferências da União, de acordo com o § 1º do art. 98 da Constituição Estadual.

Art. 10 - Na elaboração do Orçamento Fiscal serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta lei.

Art. 11 - Nas despesas com pessoal e encargos sociais deverá ser observado o previsto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal e da Estadual, respectivamente.

Art. 12 - As programações custeadas com recursos oriundos de operações de crédito não formalizadas, serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 13 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de dívida, precatórios judiciais, contrapartida de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 14 - Nas despesas com serviços

da dívida, exceto a mobiliária, deverão ser consideradas apenas as operações contratadas ou com prioridade e autorizações concedidas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária anual à Assembléia Legislativa.

Art. 15 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual destinados ao atendimento de outras despesas correntes e de capital, exclusive serviços da dívida, deduzidas as vinculações legais constantes dos artigos 98, 138, 185 e 205 da Constituição Estadual, do artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 13 desta Lei, terão como fator limitador o grau de prioridades estabelecidos em lei.

CAPÍTULO III

Do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 16 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial.

CAPÍTULO IV

Do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista

Art. 17 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, será apresentado juntamente com a respectiva programação orçamentária global, compreendendo suas receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 18 - Na Lei Orçamentária Anual para 1992, a discriminação da despesa para os Orçamentos do Estado, será apresentada conforme o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos Sociais
Outras Despesas Correntes

DESPESA DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida
Outras Despesas de Capital

Art. 19 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará os quadros de detalhamento de despesas, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos

Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no § 2º do artigo 4º desta Lei.

Art. 20 - No decorrer da execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder à correção dos valores constantes dos orçamentos, por critérios que vierem a ser estabelecidos mediante comunicação prévia à Assembleia Legislativa.

Art. 21 - Na ausência das leis complementares previstas nos artigos 165, § 9º e 192, da Constituição Federal, as programações das despesas de caráter administrativo dos Bancos Estaduais e de suas empresas vinculadas, integrarão o projeto da Lei Orçamentária.

Art. 22 - Na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais.

Art. 23 - Na elaboração do orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista e do Orçamento Próprio da Administração Indireta, deverão ser observadas as disposições que trata esta lei.

Art. 24 - Não se admitirá, no projeto de Lei Orçamentária, e no Plano Plurianual, emendas que não sejam compatíveis com as disposições do § 3º, do artigo 134 da Constituição Estadual, fixem despesas sem o correspondente recurso, transfiram receitas próprias das entidades referidas nos capítulos III e IV e demais disposições desta lei.

Art. 25 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) BASÍLIO ZANUSSO
Presidente

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR
Relator

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas para registrar o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente anotado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 070/91, dispõe que os livros didáticos utilizados pelos estabelecimentos abrangidos

dos pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 19, de 14.03.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 034/91, que estabelece critérios para a efetuação de repasses de recursos do Tesouro Estadual aos municípios, mediante a prévia assinatura de termo de cooperação, firmado para o pagamento de professores municipais que prestam serviços junto à Rede Estadual de Ensino, conforme específica. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 11, de 04.03.91).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 33/91, que objetiva transformar cargos de provimento em comissão, no IPEN e na SEJU, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento nº 1653, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, e o período de sessões ordinárias, da Primeira Sessão da Décima Segunda Legislatura, convocando os Senhores Deputados a se reunirem no dia 1º de agosto do corrente ano, à hora regimental, ressalvada a possibilidade de convocação de Sessões Extraordinárias pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Levanta-se a sessão.

Publicação referente ao D.A. nº 55 de 20.05.91.

REQUERIMENTO Nº 1116

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente do Poder Legislativo do Estado à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando a instalação de iluminação pública na Rua Dom Orione, entre Rua Irati e Rua Vieira Fazenda, no bairro de Santa Quitéria, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A falta de iluminação pública na localidade alertada tem proporcionado condições favoráveis para a ação de marginais, acarretando problemas seriíssimos à população residente na área.

A providência não só viria eliminar